

Ruralistas ampliam força na Câmara

Maior bancada reúne 153 deputados da UDR à esquerda do PMDB e obtém vitórias importantes

RAYMUNDO COSTA

BRASÍLIA — A maior bancada na Câmara não pertence ao maior partido, o PMDB, com seus 108 deputados, nem à maioria formal do bloco do governo, que reúne 130 parlamentares do PFL e do PRN. Ela é formada pela Frente Parlamentar da Agricultura, até agora com 153 deputados inscritos — número que pode chegar a 200, segundo suas lideranças —, e que obteve algumas das mais retumbantes vitórias nos primeiros dias de funcionamento do novo Congresso. Um levantamento feito pela assessoria parlamentar do Ministério da Agricultura revela que há 250 parlamentares produtores rurais ou simplesmente ligados à atividade agrícola, capazes de “somar votos” em defesa dos interesses do setor.

Trata-se de uma frente interpartidária capaz de reunir políticos de ideologias tão distintas quanto o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Ronaldo Caiado (PSD-GO) e o deputado da esquerda do PMDB Odacir Klein (RS). Grandes proprietários rurais como Fábio Meireles (PDS-SP), ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ou pequenos produtores como a deputada Etevalda de Menezes (PMDB-ES), dona de uma chácara no Espírito Santo.

Para manter pessoas com interesses tão diferentes unidas sob o mesmo nome, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, chama de “sentimento da agricultura”, que, segundo ele, “é suprapartidário”. Ou, como costuma dizer o deputado Lázaro Barbosa (PMDB-GO): “Muitas coisas nos separam, mas a verdade é que muitas outras nos unem.”

A frente ainda não definiu lideranças — o mais provável é que o deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT) assuma a coordenação do grupo —, mas já decidiu, naturalmente, quem não deseja para dirigi-la: Ronaldo Caiado. “É um nome estigmatizado”, admite Cabrera. “Ele sabe disso e não pretende assumir a liderança”, confirma Pinheiro. Tanto para o ministro, como para o deputado, qualquer tipo de radicalização seria fatal para a unidade do grupo.

Caiado foi o segundo deputa-

do a assinar sua inscrição na frente. Os parlamentares sondados em seguida recusaram a dar seus autógrafos, pois não queriam seus nomes ao lado do ex-dirigente da UDR. A solução foi providenciar novas folhas de papel em branco — em poucos dias, o documento já contava com 123 assinaturas e, na semana passada, chegava a 153. “Por causa das votações, o trabalho estava parado, mas com certeza chegaremos aos 200”, afirma Eduardo Siqueira Campos, líder do PDC, talvez a bancada (22 deputados) mais engajada no movimento.

A Frente Parlamentar de Agricultura surgiu após a edição do Plano Collor 2, que acabou com a chamada equivalência para os financiamentos agrícolas, decretada pelo governo às vésperas do pacote, depois de uma longa negociação com os deputados ligados ao setor agrícola. A equivalência permite que o agricultor pague seus empréstimos pelo valor correspondente em produtos na época do financiamento. Foi instituída pela Medida Provisória 293, transformada integralmente pelo Congresso na Lei 8.174.



Caiado: fora da liderança

Isso foi o que permitiu ao grupo reunir 123 assinaturas em pouco mais de 72 horas. Também foi o que estreitou de vez as relações da frente com Cabrera, que forneceu auxiliares e a estrutura do ministério para ajudá-la. Na votação do Plano Collor 2, a frente se tornou o mais eficiente grupo de pressão sobre o governo, a ponto de levar a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a recuar na questão da equivalência, que considerava “imoral e inconstitucional”.

Depois de vencer por unanimidade na questão da equivalência, a frente decidiu fazer uma “demonstração de força”, ao aprovar a liberação dos cruzados novos, relativos ao setor agrícola, bloqueados pelo Plano Collor 1. Havia acordo entre os coordenadores da Frente, o ministro Cabrera e as demais lideranças partidárias para que essa emenda fosse rejeitada. Todos concordavam que se tratava de “um privilégio”, para usar uma expressão de Cabrera, pois o restante da população continuaria com seus cruzados bloqueados. “Mas vamos acatar o veto do presidente, isso foi apenas para demonstrar nossa força”, justifica Pinheiro.

Cabrera pensa em utilizar a bancada rural em outras votações relacionadas com a agricultura, como a medida provisória que acabou com o monopólio dos sindicatos sobre diversos serviços portuários. Inclusive ofereceu seus serviços ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Mas Pinheiro teme pela unidade da bancada em outros assuntos que não os estritamente agrícolas. Ele não tem ilusões, a exemplo de Cabrera, de que a Lei Agrária, ainda por ser votada, dividirá a frente. “Nesse caso o grupo não se une por causa de divergências econômicas e ideológicas muito marcantes”, diz Pinheiro.

O próximo lance da frente deverá ocorrer durante a votação dos vetos que o presidente Fernando Collor determinou à Lei Agrícola, ainda não apreciados pelo Congresso. É intenção do grupo, por exemplo, manter a unificação do preço mínimo de produtos agrícolas, como manda o artigo 157 da Constituição, mas que foi vetado por Collor. “Queremos apenas que o agricultor do Norte e Nordeste tenha o mesmo tratamento dado ao do Sul e Sudeste”, afirma Siqueira Campos.

Leia noticiário sobre a demissão do presidente do Inbra na página 11.